



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1847/03	DATA: 4/11/2003
INÍCIO: 15h21min	TÉRMINO: 17h40min	DURAÇÃO: 02h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h19min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO ROBERTO UCHÔA – Secretário Nacional Antidrogas
DAVID BEAL – Secretário-Executivo da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas — CICAD, da Organização dos Estados Americanos
JULIO BALBUENA – Embaixador peruano, representante do PERU na CICAD
ALVARO AHUMADA – Representante do Chile na CICAD
ANA MARGARITA CHÁVEZ – Representante da República de El Salvador na CICAD

SUMÁRIO: Debate sobre as políticas a serem desenvolvidas, no Brasil e nos demais países americanos, para efetivo combate ao tráfico e consumo de drogas.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O Presidente da Comissão, Deputado Moroni Torgan, ainda não chegou, mas já havia me solicitado que dirigisse os trabalhos desta reunião.

Agradeço a todos a presença.

Hoje a Câmara dos Deputados está recebendo o General Paulo Roberto Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas, acompanhado de uma Comitativa da OEA que trabalha com combate às drogas e com política internacional sobre entorpecentes.

Vamos aproveitar a presença deles para ouvir uma exposição sobre o trabalho desenvolvido para o eficiente combate às drogas, assim como sobre a política internacional de entorpecentes, da qual são também coordenadores.

Convido para fazerem parte da Mesa o Deputado Givaldo Carimbão, Presidente da Frente Parlamentar Antidrogas; o General Paulo Roberto Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas; e o Sr. David Beal, Secretário Executivo da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas — CICAD, da OEA.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Givaldo Carimbão, Presidente da Frente Parlamentar Antidrogas.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Muito obrigado, Deputado Neucimar Fraga, membro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A Casa tem 17 Comissões e os Deputados se espalham naturalmente por várias delas. Eu liguei para 40 Parlamentares, informando-os da realização desta reunião e solicitando presença. Um deles é relator de um projeto que está sendo apreciado por outra Comissão; outro está numa Comissão, à espera de um companheiro para substituí-lo etc. Apesar disso, tenho certeza absoluta de que permanecerão conosco na reunião vários Deputados e Senadores, para ouvirmos tanto o General Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas, quanto o Dr. David Beal, Secretário-Executivo da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas.

Considero importante, no momento em que esta Casa discute o Orçamento Federal, dizermos que o Brasil não pode tratar a questão das drogas da forma como



vem sendo considerada, no que diz respeito à previsão orçamentária. No ano passado, por exemplo, enquanto foi destinada a soma de 1 bilhão de reais para a repressão do crime e a construção de presídios de segurança máxima, para a recuperação e ressocialização social foram destinados apenas 68 reais — 68 reais, e não 68 mil reais! São 50 reais, mais 10 reais, mais 8 reais. Na primeira semana do ano, o General pegou um táxi e gastou todo esse dinheiro...

Este País não é o que queremos! Os tecnocratas traçam um plano voltado para a burocracia, mas, para nós, que estamos na base e conhecemos de perto o problema, é importante discutir e encontrar soluções. Por isso, sinto-me honrado com a presença dos ilustres companheiros, que poderão nos ajudar a que façamos aflorar esse sentimento entre os companheiros Deputados, para que, juntos, possamos discutir com as Comissões afins e com o Relator muito mais do que a questão financeira, mas uma verdadeira política antidrogas para o Brasil.

Como disse o Deputado Cabo Júlio, membro da Polícia Militar, não podemos aceitar um orçamento de 3 milhões de reais para a Secretaria Nacional Antidrogas. No entanto, se for pego, adjudicado, penhorado e vendido um bem de valor de alguém condenado por tráfico, muito dinheiro será arrecadado. Então, o sucesso da Secretaria Nacional Antidrogas dependerá da apreensão de muita coisa e do sucesso em vender os bens apreendidos. Ou seja, dependerá da desgraça e da miséria dos outros. Ora, isso é um absurdo!

Agradeço ao companheiro Deputado Neucimar Fraga, parceiro da Frente Parlamentar Antidrogas, que também está aqui conosco. Agradeço também ao Presidente desta Comissão, que está totalmente ligado ao assunto e cedeu o espaço do colegiado para a realização desta reunião.

Estão presentes os Deputados Isaías Silvestre, de Minas Gerais, Professor Irapuan Teixeira, Cabo Júlio e vários outros companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Deputado Givaldo Carimbão, Parlamentar afeito a este trabalho, uma vez que já desenvolve a atividade em seu Estado.

Quando chegamos à Câmara dos Deputados, passamos a somar forças ao trabalho desenvolvido, com o objetivo de apresentar uma política nacional de



combate às drogas, em especial voltada para tratamento dos usuários e prevenção do uso de entorpecentes.

Concedo a palavra ao Deputado Professor Irapuan Teixeira.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA - Aproveitando que o Deputado responsável pela Frente Parlamentar Antidrogas está aqui entre nós, gostaria de dizer que quero me somar a esse trabalho, tendo em vista que, na condição de professor, também tenho por dever cuidar disso, a fim de darmos bom exemplo, uma vez que as crianças são mais suscetíveis às drogas hoje em dia em nosso País. Não o fiz antes porque, talvez, em razão da existência de várias Frentes Parlamentares em atividade, eu desconhecia a existência da Frente Parlamentar Antidrogas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Deputado Professor Irapuan Teixeira as palavras.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Júlio.

O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO - Sr. Presidente, ilustres convidados, General Uchôa e David Beal, companheiro da OEA, eu desenvolvo há alguns anos um trabalho de prevenção e de recuperação de drogados no meu Estado. Tenho um projeto chamado Restaurando Vidas, que há cerca de 4 anos trabalha como um centro terapêutico de recuperação de drogados. Temos drogados de Belo Horizonte e de todo o meu Estado de Minas Gerais, bem como de São Paulo; até gente do Uruguai já recebemos.

Em primeiro lugar, parabenizo a Frente pelo belíssimo trabalho realizado ao trazer este assunto à discussão. Creio que 99% dos Deputados não conheciam esta realidade. Isso torna ainda mais importante a discussão, até porque estamos elaborando e discutindo o Orçamento. Portanto, esta discussão veio no momento exato.

O Deputado Givaldo Carimbão disse que o orçamento foi de 68 reais, e eu imediatamente retruquei comigo mesmo: *“Não, não pode ser! Deve ser de 68 mil reais, o que já seria um absurdo gigantesco”*. Mas S.Exa. esclareceu logo em seguida: *“Não, não é de 68 mil reais, mas de apenas 68 reais”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, 68 reais.



O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO - Não se implementa uma polícia nacional com um orçamento desses!

Quando chegar o momento de intervir, gostaria de fazer alguns questionamentos para conhecer melhor o assunto. Desde já quero me somar à Frente para ajudar a criar nesta Casa a cultura de que o Brasil precisa de uma política nacional antidrogas. As pessoas acham que política nacional antidrogas se resume a colocar polícia nas ruas para prender traficantes. Ora, eles não têm noção do que é uma política pública nesse sentido.

Portanto, parablenzo V.Exas., Deputado Givaldo Carimbão, General Uchôa e Sr. David Beal, da OEA.

Esta discussão vem no momento certo. Infelizmente, no Brasil, tudo vive de onda. Qual é a onda do momento? Este tema. Portanto, vamos discutir a política da onda agora, porque daqui a pouco ela passa e não se discute nada.

Penso, General Uchôa, que V.Sa. tem a responsabilidade muito grande de nos fazer conhecer o que é essa política, o que o Congresso Nacional pode dar a V.Sa. como parcela de contribuição nesse trabalho. Quero desde já me somar aos esforços de V.Sas. e dizer que podem contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Muito obrigado, Deputado Cabo Júlio.

Concedo a palavra ao Deputado Isaías Silvestre.

O SR. DEPUTADO ISAÍAS SILVESTRE - Cumprimento a Mesa, que nesta oportunidade nos traz um assunto da maior relevância.

Ficamos estarecidos quando vemos que ainda não damos a devida importância ao que é prioridade. A educação é prioridade. Se não tratarmos agora de prevenir, veremos uma Colômbia no Brasil daqui a pouco, porque, depois que a droga chega para a criança e o adolescente, não há mais solução. A prevenção é o melhor instrumento de que dispomos para evitar esse mal que assola a humanidade.

Vemos, nas grandes capitais e nas grandes cidades, esse mal sendo utilizado por crianças e adolescentes, e não há programas de governo para combater isso. Vimos a verba alocada no Orçamento, que é até vergonhoso comentar. É uma verdadeira calamidade! Ficamos com a impressão de que não há nenhuma responsabilidade para com a criança, com o adolescente, com a família — assim é



que estamos cuidando da família, do que temos de mais sagrado, que é a criança, o adolescente, para dar continuidade à vida, ao nosso País. Que futuro estamos deixando para nossas crianças? Estamos deixando a droga entrar nas nossas escolas, para as nossas crianças e os nossos adolescentes, por falta de conhecimento.

Parabenizo a Mesa pela inserção deste assunto na pauta em boa hora. Devemos nos debruçar aqui sobre ele e dar nossa colaboração, para que possamos, ainda neste Orçamento, reverter esse quadro. Conte com a nossa colaboração nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Isaías Silvestre os comentários.

O Deputado Francisco Rodrigues solicitou a palavra. Depois da intervenção de S.Exa, vamos ouvir nossos convidados. Posteriormente, os Deputados poderão fazer suas intervenções.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Rodrigues.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Inicialmente, parabenizo os nobres colegas Deputados pela iniciativa, em especial o nobre Deputado Givaldo Carimbão, que está sempre presente nas discussões de temas importantíssimos para a vida do nosso País.

Quero fazer uma pequena observação em relação a uma nova rota de tráfico de drogas que se está abrindo no País e com um vigor enorme, o que nos preocupa e nos assusta.

Sou Deputado Federal pelo quarto mandato consecutivo. O meu Estado, Roraima, fica na Amazônia Setentrional — é o único que está quase totalmente inserido no Hemisfério Norte: 70% do Estado está acima da Linha do Equador — e tem presenciado, nos últimos 5 anos, um volume enorme de apreensões e tem sido uma permanente rota de tráfico de pequenas aeronaves, a ponto de os militares da Aeronáutica dizerem que, enquanto não for resolvido o problema do abate em vôo, a situação vai se agravar mais ainda.

Por que isso ocorre? Porque os narcotraficantes vêm da Bolívia e da Colômbia, principalmente, cortam parte do Estado do Amazonas e praticamente todo o nosso Estado. São identificadas mais de 300 aeronaves de pequeno porte



transitando naquele espaço aéreo, sem nenhuma possibilidade de controle dos caças tucanos sediados na Base Aérea de Boa Vista, no meu Estado. Isso, na verdade, mostra o nível de ousadia e também o volume de drogas que transita naquela área.

Só para se ter uma idéia, o Leonardo, um dos traficantes presos recentemente, pertencia ao cartel. Morava no nosso Estado, era tido como empresário e ninguém jamais imaginava que tivesse envolvimento com a prática de ilícitos, principalmente com o narcotráfico. De repente, surge na grande imprensa, algemado e preso com toneladas e toneladas de cocaína, que passavam diariamente pelas pistas clandestinas do nosso Estado.

Este é um alerta. É bom que isso fique registrado aqui.

Meu nobre colega Neucimar Fraga, meu caro colega Givaldo Carimbão, o Sr. David Beal, membro da Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, da OEA, vou fazer uma observação sobre uma nova rota.

Um avião pequeno, como o Cessna 210, como os senhores podem verificar, tem autonomia de 5 horas de vôo, mas, como eles dotam a aeronave de tanques extras de combustível, ela passa a ter 10 horas de autonomia de vôo a 300 quilômetros por hora; ou seja, voa brincando 3 mil quilômetros. Portanto, corta a Amazônia, passa pelo nosso Estado e chega até o Caribe onde solta essa maldita droga para o resto do mundo. Isso, na verdade, tem causado grandes problemas psicossociais em todo o planeta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Muito obrigado, nobre Deputado Francisco.

Passo a palavra ao General Roberto Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas, para que faça sua apresentação.

O SR. PAULO ROBERTO UCHÔA - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Sr. Deputado Givaldo Carimbão, demais Srs. Deputados, é com muita satisfação que, na condição de Secretário Nacional Antidrogas, venho a esta Comissão pela segunda vez.



Estive aqui, na primeira vez, atendendo a uma convocação para participar de uma audiência pública, juntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde tive a chance de tecer comentários a respeito da Política Nacional Antidrogas e dos trabalhos que vêm sendo realizados no Brasil.

Na oportunidade, é muito prazeroso — V.Exas. me desculpem, mas não estava programado anteriormente — aproveitar essa chance. Fiquei muito satisfeito de ouvir a opinião de alguns dos senhores e, em especial, de perceber a preocupação do Deputado Givaldo Carimbão com esse assunto, o que bem justifica sua iniciativa de criar a Frente Parlamentar Antidrogas. Com muito prazer, vejo que há possibilidade de haver mais adesões — como a do Deputado Cabo Júlio que acabou de falar.

Para nós é muito gratificante o trabalho que vem sendo realizado no País pelo Governo do Presidente Lula. S.Exa. está muito confiante, principalmente no que diz respeito à estrutura do sistema. Alguns pontos positivos ainda não apareceram, mas há muita segurança principalmente com relação à área da educação — e o nobre Deputado acabou de manifestar preocupação com essa área. Estamos convencidos de que todas as demais ações são paliativas. A única ação que chega para ficar é exatamente a da educação. Esta, sim, amadurece o nosso jovem para que não use drogas; e tudo isso a partir de um trabalho muito seguro.

Vivemos numa comunidade internacional. O nosso hemisfério tem a Organização dos Estados Americanos, a OEA, que, por sua vez, tem o seu órgão antidrogas. A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas é o órgão antidrogas da OEA, e vem realizando um trabalho muito seguro e sério, com o apoio integral dos 34 países que compõem a nossa organização, sob a liderança do Secretário-Executivo, Dr. David Beal, desde 1995. Por que o Dr. David Beal está acompanhado de outras pessoas que depois irei mencionar? Porque escolheram o Brasil para a realização de um importante trabalho. Hoje, enquanto estamos reunidos nesta sala, reúnem-se também, numa sala do Itamaraty, 34 representantes das 34 nações, peritos governamentais, para fazerem uma avaliação hemisférica. Cada um deles avalia a situação de outros países, de maneira que, ao final, se produza um documento, de acordo com mecanismos de avaliação multilateral. Daqui



a pouco, V.Exas. terão acesso ao documento e poderão tomar conhecimento do que se trata.

Não vou mais tomar o tempo de V.Exas., porque é importante aproveitar a esta oportunidade para ouvir o Dr. David Beal, que se faz acompanhar do Sr. Álvaro Almada, perito governamental do Chile, da Sra. Margarita Chaves, de El Salvador, e do Sr. Julio Balbuena, do Peru. O restante dessa equipe está, como disse, neste momento, trabalhando no Itamaraty.

Ficarei à disposição de V.Exas. para responder a qualquer pergunta relativa ao tema.

Passo, com prazer, a palavra ao Dr. David Beal.

O SR. DAVID BEAL - Muito obrigado. Minhas palavras serão poucas.

Vou ressaltar alguns pontos.

O primeiro refere-se à necessidade de uma estratégia nacional. Temos visto na CICAD, conforme a experiência de muitos países, um fato inegável. Um país que não tem uma estratégia bem integrada, que não leva em conta todos os elementos de repressão e prevenção, gasta seu próprio tempo, recursos e realiza ações sem nenhum resultado. Qualquer estratégia nacional é bem difícil de realizar, pois implica a participação de vários agentes do país. Quando um país implementa uma estratégia pela primeira vez, esses agentes se reúnem para fazer uma avaliação dos resultados. Quer dizer, uma coisa é ter uma estratégia no papel, outra coisa é ter uma estratégia real, integral.

O segundo ponto é relativo ao orçamento. Se o país não tem estratégia, a possibilidade de ter um orçamento real é zero. E não importa o esforço, porque, se não passar por uma boa estratégia, o orçamento realista também é zero. Estou respondendo um pouco a comentários e observações já feitas. No Sistema de Avaliação Multilateral da OEA, temos debatido com os próprios países um sistema com 84 indicadores. Os indicadores mais básicos e importantes são o documento da estratégia e o orçamento real.

Não quero me estender muito não somente pelo fato de meu português não ser tão bom, mas também pelo fato de que seria melhor para nós que eu responda a perguntas de V.Exas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vou franquear a palavra aos Deputados inscritos. O Deputado Cabo Júlio foi o primeiro a se inscrever, mas a Deputada Laura Carneiro irá convencê-lo a deixá-la falar antes em razão de um compromisso urgente.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estou aqui para parabenizar o Dr. David Beal. Conheci S.Sa. no Parlamento Latino-Americano, onde participei de várias reuniões. Agradeço a S.Sa. a presença nesta Comissão.

O CICAD é um dos pouquíssimos órgãos dessa esfera planetária que efetivamente se preocupa com prevenção e utilização de drogas no mundo. Não tenho dúvida de que a Frente Parlamentar caminha bem quando é assessorada por órgãos como o CICAD.

Os senhores poderiam nos ajudar de uma maneira inversa. Obviamente que o orçamento, como disse o Dr. David Beal, é com certeza o primeiro e grande passo de cada uma das nações quando se fala em combate efetivo ao tráfico e uso de drogas. E, no Brasil, essa é uma realidade suprapartidária; não é de um partido ou de um governo.

Ano passado, foi de 68 reais o orçamento para prevenção, que também não foram gastos, e para o orçamento deste ano não teremos muito mais do que isso; talvez uns 200 reais, o que significa que também esse quadro não mudou muito. Fiz um levantamento sobre o orçamento executado este ano e, se não me engano, equivale a 3,4% do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública. O que se constata? Que os valores são ínfimos.

Infelizmente, nem no governo passado nem no atual foi implantada uma política nacional para tratar dessa matéria, embora tenhamos bons técnicos nos Ministérios, na SENAD, enfim, nos órgãos responsáveis. Não é por falta de técnicos, mas de recursos. Mágica as pessoas ainda não fazem. Mesmo Estados e Municípios não dão prioridade alguma a essa matéria. Raríssimos são os Municípios que mantêm trabalho específico nessa área. No Rio de Janeiro, Estado que não é governado pelo meu partido, há um centro de reabilitação; no Município do Rio de Janeiro. Existe também uma Secretaria Especial que só trata dessa matéria. Na



verdade, é raríssimo encontrar um centro ou uma secretaria na maioria dos Estados e Municípios. Talvez pelo grande e específico número de problemas o Rio de Janeiro mantenha esses órgãos.

De qualquer maneira, como pedir ajuda? Se a OEA enviasse um documento ao Poder Executivo, em nome da OEA/CICAD, ressaltando a necessidade de se cumprir o tratado assinado pelo Brasil em Palermo, acho que tornaria esse trabalho mais fácil. Seria uma forma de auxiliar os nossos técnicos, não só os Parlamentares. Tenho certeza de que a SENAD pede mais recursos para seu orçamento. Ocorre que ela não é atendida. Então, a culpa não é da SENAD. Todos pedem orçamento com mais recursos, mas, na hora de se priorizar, eles sempre são deixados de lado. Talvez a maior colaboração que o CICAD pudesse nos dar seria pedir à OEA que nos enviasse documento solicitando ao País que cumpra a Convenção de Palermo, ou seja, que melhore os orçamentos e ajude os órgãos de prevenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cabo Júlio.

O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO - Sr. Presidente, tenho alguns questionamentos a fazer no intuito de conhecer mais profundamente o assunto e até para, como novo integrante da Frente, apresentar algumas propostas.

Há pouco, o Dr. David Beal se referiu a uma estratégia para o combate, bem como à importância de se adotar uma política nacional.

De forma sucinta, solicito a S.Sa. que nos esclareça mais a respeito dessa estratégia.

Quero saber do General Uchôa qual a posição da SENAD, como órgão diretamente ligado à Política Nacional Antidrogas no País, sobre a regulamentação da Lei do Abate. A Lei nº 6.368, de 1976, quando foi votada uma lei de entorpecentes, se assim podemos dizer, prevê no seu art. 5º que nos programas dos cursos de formação de professores serão incluídos ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos. E no parágrafo único vai mais além. Sabemos que essa não é a nossa realidade, embora haja uma lei no Brasil desde 1976.



Aproveito a sugestão feita pela Deputada Laura Carneiro ao Dr. David Beal, isto é, que se inclua nesse pedido o cumprimento pelo nosso País de uma lei votada aqui, a Lei de Entorpecentes. Essa, sim, seria uma bela arma.

Como disse, inicialmente, muitas pessoas neste País, infelizmente, entendem como Política Nacional Antidrogas pôr a polícia na rua para reprimir, esquecendo-se de que a prevenção seria muito mais ágil, barata e eficiente.

É de grande responsabilidade da OEA, General Uchôa, mostrar à sociedade que as nossas cabeças pensantes — o Congresso Nacional, o Executivo e tantas outras entidades — sejam parceiras dessa política.

Criamos no nosso Estado uma política pública privada, mas a política antidrogas em um país como o Brasil, com tantos problemas, é de todos.

A minha pergunta para o Dr. David, em acréscimo à sugestão da Deputada Laura Carneiro, seria esta: o que a SENAD tem feito junto ao próprio Ministério da Educação? Há trabalho neste sentido? Ou seja, para que efetivamente possamos implantar a Lei de Entorpecentes, aprovada em 1976, em parceria com a Política Nacional Antidrogas no País.

É o meu questionamento e minha sugestão ao Dr. David e ao General Uchôa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) - Se os Deputados Daniel Almeida, Isaías Silvestre ou Alex Canziani, a quem agradeço pela presença, quiserem, poderão formular agora suas perguntas. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao General Roberto Uchôa.

O SR. PAULO ROBETO UCHÔA - Obrigado por esta oportunidade de ouro. Nem sempre podemos dizer o que temos feito. Não sei se V.Exas. observaram que a Política Nacional Antidrogas, proveniente do governo passado, permanece no Governo do Presidente Lula. Ela foi mantida integralmente para garantir a continuidade da política, exatamente porque foi criada pela sociedade e não por um governo. A sociedade tem toda uma história e permito-me não entrar em detalhes. O Presidente Lula a manteve, e logo no início do seu Governo realizou um seminário para que toda a equipe do novo Governo conhecesse essa política e verificasse como poderiam os órgãos públicos e ministeriais se integrar nessa política; ou seja, as políticas públicas setoriais se integrem à política nacional. Hoje esses trabalhos já estão sendo implementados.



V.Exa. perguntou sobre o Ministério da Educação. Ele está muito afinado com a SENAD. Trabalhamos sobre um projeto para capacitação de todos os professores da rede pública. Está a caminho. Aliás, está em andamento um projeto piloto para capacitação de 5 mil professores, nas diversas regiões do Brasil. Depois, iremos estendê-lo a todos os professores da rede.

Junto com o Ministério da Educação, temos feito um levantamento nacional da situação das escolas, dos estudantes de todo o País para termos um perfil. Com o Ministério da Saúde e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, temos realizado uma série de projetos integrados. Com o Ministério do Trabalho, recentemente, elaboramos um trabalho de capacitação de todas as comissões internas de prevenção de acidente.

Portanto, há um trabalho integrado sobre essa política, que, como disse, foi mantida pelo Presidente da República.

É natural, quando se trata da repressão, chamar atenção para essa parte, porque é a que mais aparece na mídia. Isso é importante.

V.Exa. também pediu que a SENAD esclarecesse sua posição com referência à Lei do Abate. Ela está estritamente voltada para o Ministério da Defesa; foge da alçada da SENAD, até da alçada da Polícia Federal. Esse assunto está sendo avaliado pelo Ministério da Defesa e tem elementos complicadores. Hoje, os narcotraficantes põem crianças e mulheres a bordo das aeronaves. Portanto, abater uma aeronave com crianças e mulheres a bordo causa problemas terríveis. Esse assunto vem sendo muito debatido, mas a SENAD não pode assumir uma posição porque o assunto foge à sua alçada.

Embora a Política Nacional Antidrogas do Brasil dê absoluta prioridade à prevenção, a repressão é a parte que mais aparece. A Deputada Laura Carneiro fez menção aqui à Secretaria Especial de Entorpecentes. Fiquei muito satisfeito porque sou fã dessa Secretaria vinculada à Prefeitura do Rio de Janeiro. Como disse a Deputada Laura Carneiro, aquela Secretaria vem desenvolvendo um trabalho muito sério, mas que não aparece. Ganham destaque apenas os crimes, as coisas feias que acontecem no mundo das drogas, porém não aparece o belíssimo trabalho realizado, de formiguinha mesmo, pela Secretaria Especial de Entorpecentes da Prefeitura do Rio.



No Brasil, há 27 conselhos estaduais que trabalham de forma integrada com a política nacional. Para V.Exas. terem uma idéia, as políticas estaduais vêm sendo formuladas à imagem da política nacional. Criam-se conselhos municipais para que possamos ter estrutura para, aí sim, apoiar a sociedade, e não fazer o trabalho por ela. A sociedade tem um papel a executar. Não é função da polícia. Cabe ao Governo apoiar, orientar e articular forças para que a sociedade assuma seu papel, ou seja, preparar o jovem para, com responsabilidade, consciência e maturidade, responder se quer ou não usar drogas. E isso não se resolve simplesmente por meio de campanhas. Trabalho muito sério vem sendo desenvolvido por várias instituições.

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas — CICAD, por exemplo, financiou, ano passado, projeto por nós desenvolvido em fronteiras do Brasil com o Uruguai, Argentina, Bolívia e Paraguai, nas seguintes cidades: Paso de Los Libres, na Argentina, e Uruguiana, no Brasil; Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai; Corumbá, no Brasil, e Puerto Suarez, na Bolívia; e Ponta Porã, no Brasil, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Trabalhamos nessas cidades com vistas a quê? Uma metodologia para mobilizar a população a que cumpra seu papel. A CICAD financiou tudo isso.

Aliás, a CICAD vem financiando outro trabalho: o levantamento do consumo de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil. Tudo isso está acontecendo. Diversos projetos com outros parceiros, aos quais me referi, ainda não estão aparecendo porque são projetos na área da prevenção. Esses poucos aparecem. No entanto, o País tem de saber que todos os professores serão capacitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) - Com a palavra o Deputado Cabo Júlio.

O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO - Quero fazer uma pergunta. Embora eu seja da base de apoio do Governo, faço aqui uma crítica feroz àquele *kit* do Ministério da Saúde. O que o Sr. David acha disso? Está sendo distribuído um *kit* nos pontos de drogas com cachimbo, que chamamos de “marica”. Dentro desse *kit*, há uma seringa e uma “marica”. O cachimbo é para consumir a droga.



Quero saber do Sr. David, na qualidade de Secretário Executivo, o que a OEA acha disso; e também se essa política antidrogas tem sido implementada em algum desses 34 países.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) - Registro a presença da Deputada Celcita Pinheiro, do Mato Grosso, membro da Frente Parlamentar Antidrogas; do Deputado Alex Canziani, do Paraná; do Deputado Jorge Alberto, do PMDB de Sergipe, membro da Comissão de Seguridade Social; do Deputado Isaías Silvestre, de Minas Gerais; e do Deputado Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia.

Antes de passar a palavra ao Sr. David para responder ao Deputado Cabo Júlio, ouviremos o Deputado Daniel Almeida, que deseja fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, General Uchôa, Sr. David, demais senhores convidados, este assunto deve merecer debate mais aprofundado na Casa. Deveria haver mais debates sobre problema extremamente grave no mundo. A indústria da droga movimentava bilhões todos os anos e é forte componente da violência no mundo. Conhecemos muito bem a realidade do nosso País. Como se trata de um problema internacional, tem de haver a integração de iniciativas que possam dar conta de não só vivenciar experiências como ações integradas das mais diversas nações.

O Dr. David se referiu a estratégias e orçamentos. Peço a S.Sa. que desenvolva um pouco mais o tema estratégia. É claro que há diferenças entre países, há objetivos de redução da demanda, da oferta, controle etc., como há o componente econômico, a ramificação disso no poder, os tentáculos presentes na estrutura de poder em muitos países e os problemas sociais que daí decorrem.

Os Estados Unidos são o principal consumidor das Américas, segundo as informações que tenho. Tentar formular uma política na Colômbia e na Bolívia com caráter intervencionista, e em determinadas circunstâncias, só faz agravar os problemas sociais intensos naqueles países. Os resultados, do ponto de vista político, são questionáveis, como podemos ver a situação da Bolívia agora.

Solicito então ao Secretário-Executivo que fale um pouco mais sobre as estratégias que vêm sendo desenvolvidas nas Américas e um pouco sobre a criminalização do uso, polêmica ainda presente entre nós e sobre a qual ainda há muito preconceito. O Deputado Cabo Júlio acabou de se referir a isso: quando as



peças usuárias de drogas são contatadas pelo Estado ou pelo Poder Público, isso incentiva ou não, criminaliza ou não: É uma polêmica interessante presente na nossa sociedade. Há uma incompreensão e uma carga de preconceito grande por parte de muitos setores da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) - Concedo a palavra ao Deputado Alex Canziani; em seguida, ao Deputado Francisco Rodrigues.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Quero saudar o nosso Presidente Givaldo Carimbão, atuante não só aqui, mas na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e à frente da Presidência da Frente Parlamentar Antidrogas, onde realiza um grande trabalho. Também cumprimento o Deputado Cabo Júlio, o General Uchôa e o Dr. David.

Baseado naquilo que o próprio Deputado Daniel Almeida levantou sobre a possível liberação da maconha — e volta e meia se fala nisso; há idéias e projetos que tramitam aqui, com a defesa de várias pessoas —, qual a visão que V.Sas. têm de uma possível liberação de uso de tóxicos?

Outra informação que desejava obter, e não sei se porventura os senhores já se referiram a isso. Foi feita referência aqui ao Rio de Janeiro. Gostaria de saber de experiências positivas de outras cidades, se V.Sas. têm conhecimento do que vem acontecendo em todo o Brasil.

Sexta-feira, casualmente, irei participar de uma reunião do Conselho Municipal Antidrogas em minha cidade — Londrina, no Paraná. Tenho a intenção de, nessa reunião, dar conhecimento aos participantes de algumas ações realizadas em outras partes do nosso País.

Parabenizo o nosso Presidente por mais esse grande trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Givaldo Carimbão) - Mais algum Deputado deseja fazer intervenção?

Concederei a palavra ao Deputado Francisco Rodrigues, para, depois, ouvir os nossos visitantes, senão alguns Deputados vão embora sem saber as respostas. Hoje é um dia muito agitado na Câmara. Cerca de 20 Frentes e Comissões funcionam ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Quero agradecer a oportunidade ao nobre colega e fazer uma pergunta ao General Uchôa. Que



providências vêm sendo tomadas em relação à Amazônia, seja pelo contingente ali instalado, muitas vezes insuficiente, seja por meio de outras alternativas?

Só para se ter uma idéia , o Estado de Roraima tem 1.950 quilômetros de fronteiras com 2 países: ao nordeste e norte com a República Cooperativista da Guiana; e ao norte/noroeste com a Venezuela. São 1.950 quilômetros de fronteira seca.

Com relação à Amazônia, especificamente, que, pelas informações que temos, é o grande ninho de águia das drogas vindas de outros países, que providências a Secretaria Nacional Antidrogas está tomando no sentido de diminuir esses efeitos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cabo Júlio) - Com a palavra o Dr. David, nosso ilustre visitante. Depois falará o General Uchôa, que já é de casa.

O SR. DAVID BEAL - Temos tanto o que fazer, que quero começar bem devagar.

O assunto é extremamente complicado. Falar em droga é falar sobre comportamento humano. A questão não é como fazer uma repressão da atividade humana, porque não se vai solucionar nada assim. Entender como isso funciona é bem difícil.

Provavelmente, não há uma só pessoa nesta Comissão, neste momento, que ao crescer tenha recebido muita informação sobre drogas, porque há 20 anos a droga não existia para a grande maioria da população. Então, o que aconteceu conosco durante a nossa juventude não é o mesmo que ocorre atualmente. Quer dizer, o instrumento de formação tem que ser totalmente diferente, e não somente com referência a drogas. A ciência ainda não tem um entendimento claro sobre como funciona tudo isso, mas já se sabe que a aflição de ser viciado é algo que uma pessoa, por seus próprios esforços, não pode superar.

Então, a base de tudo é a educação. Não estou falando de um panfleto ou de uma campanha, mas de um sistema que se sustente no tempo, um sistema sério. Temos algumas idéias que realmente são polêmicas, mas não tantas.

Com relação ao Orçamento, se é o caso de o Ministério da Educação não ter inserido em seu plano de trabalho e no seu orçamento uma metodologia de ensino sobre essas coisas, basicamente isso não tem uma resposta adequada.



No que se refere à estratégia, o que faz o Ministério da Educação? De nada adianta o Ministério da Educação trabalhar sozinho. Os esforços desse Ministério têm que ser integrados aos de muitos outros órgãos, inclusive a área da saúde e as cortes de justiça. É como uma construção. Primeiramente, surgem idéias, depois vão-se formando os sistemas e a base de sustentação física de tudo isso — quando digo sustentação física refiro-me não só ao orçamento, mas também a pessoas bem preparadas em todo o sistema. A CICAD, por exemplo, tem programa voltado para o treinamento de enfermeiras. Estamos incluindo sistematicamente o conteúdo necessário para formar uma enfermeira em 10 países das Américas. Para que os primeiros sinais disso apareçam são necessários 5 anos — isto é, 1 ano de recrutamento, 5 anos de educação. Uma vez graduadas, logo as enfermeiras começam a trabalhar. Quer dizer, esse é um sistema que leva anos e anos.

Seguimos o modelo das Nações Unidas, um modelo objetivo que funciona e não é muito dramático. Mas, quando não se trata de um bom plano, só pela leitura pode-se constatar se ele é real ou não.

No que se refere à Lei nº 368, infelizmente, a referência é correta. Todos os países, sem exceção, têm vindo com declarações retóricas, jogando flores aos nossos lemas, dizendo muita coisa e fazendo muito pouco. Isso tem de mudar.

Montar uma estratégia requer debate entre as agências do Estado. A estratégia que não prioriza os diversos esforços do país não pode ser considerada estratégia. Se dissermos que vamos fazer tudo, acabamos não fazendo nada. Para mim, a estratégia é comparável ao plano de construção de uma casa. Eu posso ler os projetos arquitetônicos e dizer se é real ou não, se as estimativas para a construção são reais ou não. O esforço requerido para se montar uma estratégia não é tão grande, mas fazê-lo ainda não é muito comum. Passados 20 anos, creio que estamos ainda na fase inicial. Em alguns setores sabemos muita coisa, em outros, não. Por exemplo: se os senhores estão investindo dinheiro em campanhas educativas, porque as pesquisas sobre consumo entre os jovens indicam que a idade de início do consumo está caindo — ano passado a idade era 12 anos; este ano já caiu para 11 anos, 7 meses. Então esse sistema não está funcionando.

Estamos aproveitando muito mais as informações agora. Estamos fazendo na CICAD um programa que, creio, é muito importante para o futuro não somente do



Brasil, mas também de todo o nosso Hemisfério: um programa de descentralização ou municipalização. Os programas efetivos acabam não sendo os programas federais, mas os programas locais. Ora, tem de haver ligação entre o Município, o Estado e o governo central, porque todo tráfico de drogas, todo consumo de droga representa um sistema: um sistema nacional/internacional ou global.

Quero lembrar 2 assuntos sensíveis. Um diz respeito aos *kits*. Realmente, não importa. Efetivamente, não tem importância, mas politicamente, sim, na cabeça, sim. Em termos físicos, não tem importância maior. Mas é uma política importante.

O *crack* e a cocaína são um veneno. Como veneno, não vejo como o Estado possa aprovar seu uso — em qualquer circunstância. A metadona, outra substância, tem seus usos medicinais reconhecidos, válidos, convalidados, mas também está entre as drogas de cujo uso se costuma abusar; depende de sua administração.

Cada vez mais, todos nós, neste Hemisfério, acabaremos por falar não sobre a droga mas sobre as substâncias. Qualquer uso de um veneno deve ser ilícito, mas também há muitas substâncias lícitas das quais se pode abusar. E o custo maior para o Brasil, para os Estados Unidos e para o Canadá advindo do uso de certas substâncias não recai sobre a cocaína, mas sobre o álcool. O segundo custo — sabem os senhores? — recai sobre o tabaco.

Todos esses elementos formam, portanto, uma cadeia, e nós temos que pensar em termos globais. Temos de fazer planos sérios. E precisamos reconhecer que não temos muitos planos. A verdade é que, em muitos setores, não temos muitos planos. Temos bastante experiência, por exemplo, em termos de interceptação de pequenos aviões, mas, como o caso do Peru mostrou, o sistema nem sempre funciona e o custo de um só erro tem levado à falta de cobertura aérea por mais de 2 anos.

Quanto ao controle de lavagem, escassamente temos ciência clara de como fazer uma pesquisa e uma avaliação clara sobre movimento de dinheiro. Nesse universo, ainda somos bebês.

A própria CICAD tem apenas 20 anos de existência. Somos uma agência executiva, uma representante de governos. Portanto, para nós é evidente que precisamos ter o Executivo de um lado e Legislativo de outro. Tudo depende do que faz ou não o Congresso. Para nós, esta é a coisa mais evidente de todas.



Há mais coisas a dizer, mas por hora isso é suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O General Uchôa gostaria de fazer uma complementação.

Vou passar a S.Exa. palavra, antes porém agradecendo ao Deputado Cabo Júlio por conduzir a reunião, ao Dr. David Beal, ao Deputado Givaldo Carimbão e aos membros da Comissão de Defesa do Consumidor e da Frente Parlamentar Antidrogas a presença.

Com a palavra o General Uchôa.

O SR. PAULO ROBERTO UCHÔA - A complementação será muito rápida, até porque, de acordo com as palavras do Deputado Cabo Júlio, sou de casa, e temos de aproveitar ao máximo o tempo que temos com o Dr. David.

A Comissão Interamericana de Controle do Abuso de Drogas — CICAD conduz uma estratégia hemisférica contra as drogas. Portanto, o trabalho da CICAD é fruto do esforço coletivo dos 34 países envolvidos.

Logo, o Hemisfério tem uma estratégia no trato do problema da droga, e cada país procura, na medida das suas possibilidades, na medida do seu regionalismo, adequar a sua própria estratégia à estratégia hemisférica, que é resultante, como já disse, do esforço dos 34 países.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Consulto o Plenário da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado sobre a possibilidade de transferir para amanhã a Ordem do Dia da Comissão, isto para que possamos aproveitar a presença do Secretário Nacional Antidrogas até o início da Ordem do Dia em plenário. É uma chance única termos o Secretário aqui conosco. Se este Plenário e o Secretário concordarem, gostaria de continuar a ouvi-lo. Tenho muitos questionamentos a fazer. O Deputado Carimbão também gostaria de fazer uso da palavra.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em discussão.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos toda a Ordem do Dia para a reunião de amanhã.



O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, companheiro Moroni Torgan, conseguimos unir os interesses da Frente Parlamentar Antidrogas e da Comissão de Segurança Pública, cujos trabalhos estão naturalmente interligados. Mas quero deixar claro que estão presentes mais 3 figuras ilustres: o representante de El Salvador, outro do Peru e mais outro do Chile. Como disse o Secretário, seria de suma importância indagar a esses companheiros. Nem todo dia temos a honra de receber visita de pessoas tão ilustres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se houver alguma dificuldade com a língua, o Deputado Carimbão traduz. *(Risos)*

Peço à Secretária Kátia que fique ao lado do General Uchôa.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Há pouco perguntei ao General Uchôa sobre algumas experiências municipais na ação contra as drogas. Não sei se S.Exa. vai voltar a falar ou se já pode me responder sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por favor, General. Hoje cancelamos tudo só para tratarmos desses assuntos.

O SR. PAULO ROBERTO UCHÔA - Agradeço a V.Exa. a oportunidade. Os senhores sabem, melhor do que eu, que existem 5.565 Municípios no Brasil. Nosso grande objetivo — é o sonho que pretendemos, e vamos realizar — é criar conselhos municipais antidrogas em 5.500 Municípios, que estarão integrados aos Conselhos Estaduais, a fim de fazer com que a sociedade tenha condições de se articular. Mas ainda estamos longe de atingir essa meta. Conseguimos fazê-lo em 800 Municípios — pouco mais de 15% do total —, mas já é alguma coisa. E alguns Municípios têm-se destacado. Londrina tem feito um trabalho bom. São José dos Campos, Guaratinguetá, Ponta Grossa, Criciúma, Novo Hamburgo, Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, entre uma série de outros Municípios, já vêm realizando trabalhos sintonizados. O mais difícil tem sido implantar esses conselhos nas capitais, mas algumas já estão instituindo seus conselhos municipais. O caso mais recente é de Curitiba. Palmas também tem feito um trabalho excelente.

Portanto, são vários casos, cada um com a sua própria política estadual, porém em sintonia com a política federal. Trata-se de um trabalho sistêmico, volto a



dizer, pouco percebido no momento, mas que está começando a ganhar peso, porque os Srs. Governadores estão dando apoio, assinando políticas estaduais, prestigiando os conselhos estaduais. As coisas estão começando a se sedimentar, a se fortalecer, e a sociedade finalmente terá o apoio de que precisa para cumprir o papel que lhe cabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Gostaria de fazer algumas perguntas ao Dr. David Beal. Acho fundamental a participação da OEA nessa guerra contra as drogas, principalmente nos Estados americanos.

Tenho lutado contra as drogas há 20 anos, mais ou menos. Fui autor das propostas que criaram a primeira CPI do Narcotráfico — alguns Deputados aqui se lembram —, instalada quase 15 anos atrás, e também a segunda. Fui também Relator nessas CPIs. Antes disso, fui Delegado de Entorpecentes. Portanto, há bastante tempo estou lidando diretamente com o problema das drogas.

Tenho visto que fazemos muitas reuniões e as propostas apresentadas acabam não se efetivando — ouvi V.Sa. falar justamente sobre isso. Tentei fazer um trabalho mais abrangente e mais homogêneo no Parlamento Latino-Americano — aqui temos colegas do PARLATINO —, mas só ouvi discursos bonitos. Quando há renovação dos Deputados, parece que os novos pegam os discursos dos que saíram, e o negócio não sai do lugar de jeito nenhum!

Estive agora numa reunião do Parlamento Interamericano, no México, e vi a mesma coisa. Parece que, quando começamos a falar de coisas que têm de acontecer, todo mundo começa a dar desculpas.

Na verdade, o problema das drogas não pode ser enfrentado com ações voltadas só para o consumidor nem só para o traficante ou só para lavagem de dinheiro. O enfrentamento tem de ser contínuo e envolver todas as áreas. Temos de oferecer à área de prevenção atitudes corretas, procedimento que dificilmente vemos.

O principal dessa questão é que ficamos perguntando muitas vezes: se isso é uma prioridade, onde estão as verbas?

O General Uchôa e outros tiveram de buscar parceria não sei onde para fazer algum programa, e muitas vezes os parceiros acabando decidindo o que é mais interessante para o programa. Na área de repressão, todas as nossas parcerias com



a América do Norte são voltadas para aquilo que interessa à América do Norte. Se a maconha está vindo do Paraguai para cá em grande quantidade, como as apreensões têm mostrado, a esses parceiros não interessa, e não há um tostão para combater a maconha que vem para o Brasil. Se a droga vai do Amazonas para a Flórida, aí eles encontram dinheiro para realizar uma operação.

Está na hora de os países desenvolvidos entenderem que, se não combaterem as drogas aqui também, elas continuarão passando para lá. E isso não é só característica dos Estados Unidos, mas também da Europa. Eles investem somente naquilo que lhes é interessante.

Infelizmente, vários países da América do Sul, que antes eram apenas rota do tráfico, hoje são grandes consumidores de drogas. Esse é o maior problema. Antigamente, passavam 2 toneladas de drogas pelo Brasil, mas elas não ficavam aqui. Hoje, passam 2 toneladas de cocaína pelo Brasil, rumo à Europa e aos Estados Unidos, sendo que mais 3 toneladas ficam no Brasil. É um problema.

Com isso, quero dizer que atuar na erradicação do plantio é parte do trabalho, como o é a prevenção — o trabalho é muito pequeno, deveria ser maior. Mas, no que se refere a lavagem de dinheiro, não vejo trabalho nenhum. O tal do Fernandinho Beira-Mar, um dos maiores traficantes do País, mandou dinheiro para Nova Iorque e até hoje esse dinheiro não voltou. Assim como ele, outros traficantes internacionais usam possessões do Reino Unido e de outros países para lavagem de dinheiro, e nada acontece. Fala-se muito do Caribe, mas também ali não acontece grande coisa.

Há 20 anos sinto que nisso estamos sempre patinando, enquanto deveríamos estar atuando firmemente.

É função da OEA unir essas ações. Podemos pegar o traficante do Brasil, o produtor de outro canto, o refinador da cocaína de um terceiro lugar — geralmente, quem produz não refina, e quem refina não vende — e agir junto ao país onde eles vão colocar todo o dinheiro. Se for num banco da Suíça, vamos agir na Suíça; se for num banco da Inglaterra, vamos para lá. De nada adianta agir na Bolívia, na Venezuela, no Brasil, se nada acontece nos países de Primeiro Mundo. Afinal, o dinheiro continua lá. E, se os traficantes continuam com o dinheiro lá, mantêm-se poderosos aqui, mesmo estando na cadeia.



Pergunto: que tipo de alento podemos ter no sentido de realizar uma operação mais ampla, em todas as fases? Todos os países têm parcela de responsabilidade no combate às drogas, que é um mal transnacional. Todas as nações devem ser unir para combatê-lo, em todas as fases. Não adianta combatermos aqui e o dinheiro continuar a salvo lá.

É nesse sentido que espero uma opinião de V.Sa.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Dr. David Beal, naturalmente, o Deputado Moroni Torgan tem muita experiência: trabalhou na polícia e, há 20 anos como Deputado Federal, foi por 2 vezes autor e relator de CPIs do Narcotráfico que tiveram repercussão em âmbito nacional e internacional. E aqui desejo complementar o que S.Exa. disse. Temos no Brasil em torno de 220 mil presos. Cada preso custa à Nação em torno de 1.200 reais. De 1980 a 1990, de cada 100 presos que havia no Brasil, 25 tinham envolvimento com drogas. De 1990 a 2003, de cada 100 presos, 68 têm envolvimento com drogas. Em uma década passamos de 25 para quase 70 envolvidos com tráfico de drogas.

Começamos a nos preocupar — e faço o mesmo raciocínio que o companheiro Moroni Torgan —, porque, do jeito que as coisas vão, não há dinheiro no mundo que chegue. As drogas são uma questão internacional, naturalmente, e têm que ser tratadas exatamente nesse contexto.

Quero citar alguns números. Por exemplo, antes 6% das batidas de carro eram devido a drogas; hoje esse número é de 18%; ou seja, triplicou. Uma família que não tenha criança ou pessoas drogadas usam 2 vezes menos o INSS do que a família que têm drogados e deprimidos. Em matéria de acidente de trabalho, o número é 4 vezes maior. E vejam que estou me referindo à família, não ao drogado. Estou apontando aqui os efeitos colaterais do processo, porque em tudo há um custo.

Um preso custa para a Nação 1.200 reais por mês, e, em média, o apenamento nacional é de 10 anos, ou seja, 120 meses de cadeia. Se multiplicarmos 120 meses por 1.200 reais, teremos o valor de 150 mil reais. E 99% dos presos saem da cadeia pior do que entraram. Fomos à África do Sul, aos Estados Unidos e ao Canadá. Visitamos regiões do Brasil e do mundo. Verificamos que é possível recuperar drogados hoje com adoção de certas metodologias que



acompanhamos pelo Brasil e pelo mundo — e gastando-se 500 reais por mês, durante 12 meses, com resultados de 80% de recuperação. Agora eu falo pelo Brasil: 1 bilhão para fazer repressão às drogas, presídio, cadeia máxima etc. E quando vamos falar em recuperação e reinserção social, aí não se consegue dinheiro.

Claro que se trata de um processo. O mundo está mostrando: até 1980, de cada 100 presos, 25 tinham envolvimento com drogas; hoje são 68.

Eu quero completar o raciocínio do companheiro Moroni. Aí vêm o financiamento internacional, se a rota for daqui para cá, com os Estados Unidos. Está integrada a droga. Deputado Moroni, V.Exa. fez uma consideração muito boa. O mundo todo está dizendo isso.

Mas o pior hoje não são as drogas ilícitas, são as drogas lícitas, como o cigarro, por exemplo. Não estamos dando conta nem das ilícitas, quanto mais das lícitas. Então, acho que temos que abrir a discussão. Claro! Ou nós temos a coragem e a capacidade de abrir essa discussão realmente ou o Brasil vai ficar gastando dinheiro.

Por exemplo, o Governo Fernando Henrique Cardoso teve um grande mérito quando criou a tal da CPMF para transformar a saúde curativa em saúde preventiva. Era um processo de transição que tinha que ser feito. Levando-se em consideração esse raciocínio, gostaria que o companheiro David desse uma explicação, inclusive sobre a questão internacional.

O SR. DAVID BEAL - Tenho a tentação de dizer que já está tudo dito. Realmente, isso não complementa nada, é a realidade.

Quero voltar a um princípio aqui. Vamos falar sobre os órgãos interparlamentares. Até agora — e estou falando como cidadão — não conheço um órgão interparlamentar que funcione. E isso ocorre porque eles não têm poderes. Ao fim, tudo tem a ver com poder.

A idéia de um esforço integrado é necessária. E, dentro disso, se o país tem um plano, uma estratégia. Há certa quantidade de recursos dedicados à lavagem. O preço que o país paga para o tratamento dos adictos é um dinheiro que poderia ter sido gasto com a lavagem.

Então, cada parte disso tem sua porção. E o combate tem que ser completo.



O problema conosco, com todos nós, é igual. Definimos o problema da droga como uma só coisa. Nós e os companheiros dos Estados Unidos, por exemplo, sempre estamos dizendo: *"Bem, a coisa é horrível!. Então, a solução é parar a coisa antes de chegar aqui"*.

E agora se pode comprar qualquer coisa em qualquer rincão do país.

Uma estratégia assim, de certa maneira, entre *(ininteligível)*, 10 anos e o efeito lento, disponibilidade em todo o país.

Quero dizer que nós temos que aceitar que o problema é dinâmico em si. Muda a cada dia. Muda em todo os sentidos.

A maconha que existe agora não é a maconha dos anos 70. É 4 vezes mais potente. É outra coisa, não é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É transgênica!

O SR. DAVID BEAL - É verdade. Exato. É transgênica! *(Risos.)*

Nós sempre pensamos a maconha como grande coisa. A Colômbia, na década de 70 e durante a década de 80, esqueceu-se totalmente da maconha. Por quê? Por causa da cocaína. E agora o que tem a Colômbia? Heroína.

Então, não há solução. Há soluções. E essas soluções mudam.

Trata-se de assunto de interesse internacional, é verdade. Nós, na CICAD, temos um policial francês. Esse policial trabalha para nós, por uma só nação. É pelo interesse da França — ponto. Mas nunca vamos escapar disso. Para mim está bem se o país defende seu próprio interesse — ponto.

Mas há um problema. É bem fácil ignorar que uma coisa já definida como obsoleta volte de novo, como algo bem mais potente. É o caso específico da maconha.

Para o Paraguai, a maconha é sempre uma agonia. E não há ninguém que dá ao Paraguai 10 minutos de atenção, porque não é coca.

Estamos gastando fortunas nas penitenciárias. E estamos liberando pessoas já capacitadas em uma só coisa: o crime. Não recuperamos pessoas nas prisões. O que basicamente fazemos é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Segregamos da sociedade.

O SR. DAVID BEAL - Por um tempo. Volta à sociedade e entra outra vez ao crime. É incrível!



Citando porcentagens: mais de 50% dos reclusos liberados voltam à prisão. Então, custam muito e, uma vez soltos, vão de novo.

A coisa mais lenta que temos não é a educação, não é a repressão; é a justiça. O que o público percebe como problema mais básico é precisamente a justiça. O que funciona mais lentamente é a justiça.

Quando temos um caso internacional com droga, passamos anos tentando tirar alguém do outro país. Mas com esse acordo, a idéia é a de que não temos progresso. Por exemplo, um caso específico de lavagem. Vou citar o caso de Montesinos, no Peru. Ele sacou milhões, de acordo com as informações, incluindo dinheiro que tem a ver com a droga. Ele pôs tudo no sistema bancário da Suíça, que sempre era fechado, com contas também zeradas, a fim de que ninguém pudesse saber o que estava passando. Mas isso também mudou.

No caso específico de Montesinos, o Estado peruano recuperou algo em torno de 77 milhões de dólares. Custou ao Estado do Peru mais de 2 anos de esforço. Não sei quantos advogados foram necessários, mas resultou em algo.

Sempre digo que se queremos fazer algo sério, temos que trabalhar com o sistema de Justiça, que tem que ser flexível e rápido. Dentro do sistema de avaliação que temos agora, quando perguntamos a um Estado se existe um sistema de extradição, esse não é o fim da pergunta. Quantos casos no ano passado? Quantos pedidos? Quantos casos acertados e quantos casos efetuados? Isso é feito para se saber se realmente funciona e se vai mais adiante de uma mera declaração. Quanto tempo se requereu para efetuar essa extradição ou essa prisão, se for o caso.

Infelizmente, vivemos em um mundo, sim, globalizado. As porcentagens citadas são basicamente iguais em todo o mundo. Tipicamente, mais da metade dos presos estão na cadeia por crimes associadas à droga.

Agora, se estamos falando de uma política inteligente e queremos fazer com que uma pessoa presa pela polícia não passe a ser uma criminosa vitalícia, caso não tenha matado ninguém, deve-se pensar em sistemas com sentenças alternativas. Mas isso é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permita-me interrompê-lo, já que se está entrando no problema da sentença alternativa. Existem correntes que



acham que o caminho mais fácil é o da liberação. Não é o meu pensamento. Acho que seria um desastre para o País. Mas queria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso, porque sempre usam o argumento de que há países, como a Holanda e a Suécia, que liberaram o uso da droga, o que melhorou muito. Às vezes, no Brasil, dizem que o Canadá também liberou, mas creio que nunca houve essa liberação. Mas dizem que liberando o uso da droga não haveria traficante e ficaria muito mais tranqüilo. Imagino na TV a propaganda: *“Cheire cocaína”. “Tome na veia, que é bom”*. O que isso causaria na juventude de um país?

Esse assunto é muito delicado. No Brasil, a corrente da liberação fortaleceu-se tendo em vista não termos conseguido grandes resultados com a erradicação e a repressão. Então, fica a corrente da liberação como algo que poderia ser a solução. Parece que todos que lutam contra as drogas não querem a solução, porque desejam continuar o discurso. Esse, na verdade, é o sentimento que muitas vezes permanece.

Gostaria que V.Sa. falasse se realmente isso é verdade ou mentira. Se nos países onde isso aconteceu a situação melhorou ou piorou.

O SR. DAVID BEAL - Antes, o problema da droga era diretamente policial. Depois, virou um problema médico. Agora, é um problema social e político. Ainda estamos buscando a solução final, não vamos liberar a coisa. A natureza da coisa não vai mudar porque mudamos nossa discussão. O efeito é o efeito.

Infelizmente, a discussão de tudo isso é bem polêmica. Por exemplo, a idéia de implementar um sistema de sentenças alternativas freqüentemente é vista como liberalização. A coisa não está liberada assim, é controlada.

Realmente, não estamos ganhando nada com todas essas pessoas encarceradas. Então, não se faz nada. Essa alternativa não é uma solução fácil, porque depende da interação coordenada da Polícia, da Corte, do sistema de saúde, de organizações não-governamentais. Isso requer, em si, muita coordenação, mas funciona. O sistema só tem, basicamente, 6 ou 7 anos, no máximo, mas todos indicam que há algo que serve ao interesse público. Por exemplo, é o único que vai satisfazer o interesse público sobre o que é e não é legal. É um processo de experimentação, uma pesquisa completa, em que se revela exatamente o que passa



com o consumo dessa substância; não importa que seja maconha ou açúcar, há limites para tudo.

Agora, temos que buscar uma maneira de falar francamente com nossos parceiros e nosso público. Se não fizermos isso, não temos nada.

Não gosto da palavra guerra, porque guerra, em si, implica a existência do fim da guerra, mas não há fim. Nossos veteranos bem sabem como é difícil abordar esses vários assuntos, como é difícil realmente ter um sistema de controle efetivo dos químicos, dos farmacêuticos. Tudo isso requer esforços. Para mim, a melhor receita é francamente abrir o livro e começar a ler ou escrever, depende do caso. Já não há solução.

Lembro-me bem quando o Brasil era considerado não somente pelo mundo, mas por si mesmo, como um país de trânsito. Somos todos países de trânsito. Dinheiro sai de um país e entra em outro. Não há uma transação que não tenha seu efeito igual em outro país. Hoje em dia, por exemplo, o dinheiro está em Nova Iorque; amanhã, está em Londres e, no dia seguinte, no Caribe. Os países não estão raciocinando sobre a lavagem. Estão fazendo coisas, e boas coisas, infelizmente não com a rapidez devida, mas já existem efeitos físicos visíveis.

É o caso do Brasil. O Conselho Nacional tem que enfrentar a luta entre os esforços para o bem, ou seja, todo mundo quer mais, mas todo mundo não pode ter mais. Infelizmente, existe a predisposição de pensar que os burocratas sempre querem mais dinheiro. O segredo de tudo isso realmente não é sempre mais dinheiro, é tipicamente mais inteligência e, de em vez em quando, mais honestidade.

É um assunto profundo, que tem seus capítulos. Estamos a sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na área da repressão, por exemplo, deveria haver na OEA um setor de inteligência que cobrisse esse problema. Se verificarmos, a inteligência no combate ao narcotráfico geralmente é feita pela DEA. A INTERPOL entra de leve, não se preocupa tanto com isso, vai mais atrás daqueles que são procurados internacionalmente por qualquer outra razão do que, na verdade, algo relacionado aos entorpecentes. A DEA e o Comando Sul, quando isso era prioridade, também tinham um atuação de inteligência nesse sentido, mas, basicamente, toda a área de inteligência era monitorada pelo interesse americano, o que é ótimo para os Estados Unidos. É corretíssimo, não tenho nada



contra. O interesse dos Estados Unidos às vezes é o interesse do Brasil, mas na maioria das vezes são interesses distintos.

Não há redes de inteligência interamericana e latino-americana que se preocupem com o problema na América Latina. Aí entra uma questão que V.Sa. mesmo reconhece. Os países americanos e europeus se preocupam com as rotas que vão para os seus países, o que é natural. Deveria haver na OEA um sistema de inteligência que nos propiciasse saber o que está acontecendo em nossos países, não o que está acontecendo quando sai daqui para os Estados Unidos, Canadá ou Europa.

Hoje existe um consumo muito grande no País. Em relação a algumas drogas, o Brasil é o segundo consumidor do mundo. Temos que nos preocupar com isso. Assim, entram outros países que não eram consumidores, como a Venezuela, que hoje é grande consumidora. O próprio Paraguai está hoje preocupado com o consumo de drogas, pois antes ele era só rota, sem falar nos outros países.

Então, a pergunta é: por que não temos um sistema de inteligência? Concordo com V.Sa. no que tange ao problema de morosidade legal da justiça. Acho que nas extradições há uma morosidade grande. O Brasil dispõe daquelas comissões mistas bilaterais com os países fronteiriços e as usa muito pouco, ou melhor, quase nunca. E acredito que os países fronteiriços também as usem muito pouco.

Para que eram essas comissões mistas? Justamente para pegar o traficante brasileiro que se esconde no Paraguai e recambiá-lo logo para o Brasil, assim como para pegar o traficante paraguaio que está escondido no Brasil e recambiá-lo logo para seu país.

Acho que o melhor instrumento jurídico que vi até hoje, que dá celeridade à ação judiciária, são essas comissões mistas. Na minha opinião, elas poderiam dar essa celeridade. Mas, infelizmente, vemos que ainda remamos muito nisso, porque, na verdade, elas existem no papel e na prática atuam muito pouco.

Mas deveria haver um instrumento parecido com esse na OEA. É lógico que temos de respeitar a autonomia de cada país. Isso é complicado. Não podemos ter um instrumento que diga: *“Vocês têm que fazer isso”*. O máximo que podemos dizer é: *“Gostaríamos que vocês fizessem isso”*.



Esse instrumento deveria ir além das convenções internacionais, pois levamos muito tempo, às vezes 20 anos, para aprovar uma convenção dessa. No fim, quando ela foi aprovada, já ficou velha e não serve para grande coisa.

Deveria haver uma espécie de corte na OEA, algo nesse sentido que pudesse dar celeridade a essas questões. Deveria haver algo que não obrigasse o país, mas que pudesse pressioná-lo de alguma forma, para que isso acontecesse tanto nas extradições quanto no que se refere ao dinheiro.

Por que volto a frisar esta questão do dinheiro? Porque se tirarmos o dinheiro de um traficante ele não será mais nada, nem dentro da cadeia. Na hora em que os presos souberem que ele não tem mais dinheiro, ele será tratado igualmente; não terá mais conversa, regalia, mais nada.

Poderia haver uma corte no âmbito da OEA e até mesmo das Nações Unidas para que pudéssemos eliminar a possibilidade de eles usarem o dinheiro.

Estou apresentando algumas idéias que considero interessantes. Se criássemos um sistema de inteligência mais apropriado para nós, um sistema judicial que exercesse uma pressão maior, talvez essas comissões mistas tivessem alguma recomendação da OEA para que saíssem do papel e fossem postas em prática, até com espaço físico definido. O grande problema das comissões mistas é o seguinte: onde elas se reunirão? Uma vez no Brasil, outra vez no Paraguai. Tudo bem. Onde mais? *“Ah! pode ser no Ministério de Relações Exteriores”*. Acho que se existem as comissões mistas, elas têm que ter um espaço físico para reunirem-se rotineiramente. Assim, seriam alimentadas por esse órgão de inteligência e pegariam essas pessoas.

O SR. JULIO BALBUENA - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Embaixador Julio Balbuena a intervenção.

Alguns dos senhores desejam se manifestar? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Dr. Álvaro Almada.

O SR. ALVARO AHUMADA - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Sr. Alvaro Almada.

Concedo a palavra à Dra. Ana Margarita Chávez.



A SRA. ANA MARGARITA CHÁVEZ - (*Exposição em espanhol.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradecemos aos senhores a presença nesta Comissão.

Essa é uma grande iniciativa, mas precisamos de algo mais concreto, não um compilado de boas intenções, porque não há grandes sanções. Vi a distribuição de 1 milhão de dólares em projetos. Esse valor, no âmbito da América Latina, não representa praticamente nada.

O que poderíamos ter é uma parte do dinheiro sujo que circula, os bilhões de dólares. Podemos dizer que, por exemplo, para o Brasil uma verba de 1 milhão de dólares não é nada. Agora, se for uma verba de 1 bilhão de dólares, começa a fazer diferença, porque com 1 milhão ou 2 milhões, no máximo, vamos fazer algumas inserções de televisão, alguns programinhas. Agora, 1 bilhão de dólares faria diferença.

Para o Peru acredito também que 1 milhão de dólares não fará grande diferença. Talvez para países menores 1 milhão de dólares faça grande diferença, porque são economias menores.

Se há verba internacional para esse combate, como poderemos forçar o país quando ele não se credencia para recebê-la? Se forem, por exemplo, 300 mil dólares, ninguém vai fazer muita força no Brasil para se credenciar a receber essa importância. Agora, se forem 500 milhões de dólares, aí o negócio é diferente. *“Olha, se vocês não fizerem esse tipo de ação, não vão ganhar 500 milhões de dólares”*. Aí é diferente.

Em termos de América Latina pensamos muito pequeno no combate ao narcotráfico, que é um gigante. Não somos sequer um David enfrentando um Goliás, somos um Gulliver enfrentando gigantes. Parece que estamos felizes com isso. Parece que estamos fazendo uma grande coisa, e o narcotráfico se aparelha cada vez mais. Não estou culpando A, B ou C, mas acho que todos somos culpados.

Quando se realiza um congresso internacional — costume ser muito claro nas opiniões, acho que ninguém é melhor nem pior — e não sai uma ação concreta, acho que não adiantou nada fazer aquele congresso. O que adianta sair uma política no sentido de se tentar fazer uma convenção que talvez todo mundo possa assinar.



É o que V.Exa. disse, quando não se tem poder, não se tem autoridade para impor nada.

Onde está o hoje poder? Infelizmente, está no dinheiro. Por isso, digo que se o dinheiro for retirado dos traficantes para uma verba internacional a ser dividida entre os países para esse combate, conseguiremos grandes coisas; do contrário, vamos continuar muito bem intencionados, com bons programas.

Esse é um dos programas mais objetivos, mas ainda é uma carta de boas intenções. Quer dizer, não existe sanção, não existe algo que faça, por exemplo, essas comissões mistas saírem do papel e partirem para prender.

Qual é o órgão nas Américas que prende uma quadrilha que atua no Brasil, no Peru e na Venezuela? Não conheço nenhum. Se essa quadrilha não for para os Estados Unidos, não vai haver órgão para prendê-la. Se for para os Estados Unidos, vai haver alguma coisa.

Com a palavra o Embaixador Julio Balbuena.

O SR. JULIO BALBUENA - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas há um pessoal que fica lá fazendo esse levantamento e trazendo as informações das quadrilhas que agem nos 4, 5 países ou coisa assim?

O SR. JULIO BALBUENA - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É ótimo. Acho que poderia evoluir daí para um setor de inteligência mesmo.

O SR. JULIO BALBUENA - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é prioridade nossa? Se é, os países deveriam apoiar uma iniciativa dessa.

Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento. Em seguida, ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Cumprimento todos os participantes, o Dr. David Beal, o General Paulo Uchôa, o nosso querido Deputado Moroni Torgan e o Deputado Givaldo Carimbão, Presidente da Frente Parlamentar Antidrogas.

Este é um assunto que mexe com todos nós. A exemplo de V.Exa., eu, nobre Presidente, sou delegado de polícia e não gosto de traficantes. Repito: não gosto.



Tenho pavor de traficante. Acho que tem de haver lugar melhor para o traficante, não por aqui. Ele teria de estar longe ou, no mínimo, deveriam colocá-lo numa salazinha de meio metro de comprimento e deixá-lo lá em pé, por 30 anos, para ver o que acontece.

Para o traficante não existem muitas saídas. Ficamos aqui brigando, afirmando que tem de gastar bilhões e bilhões para combater esse tipo de crime. Enquanto houver legislação fraca para o traficante, vai existir traficante vendendo, porque o traficante pega para trabalhar o pé-de-chinelo. São esses coitados, esses moleques com 18, 19 anos, que estão nas cadeias. Às vezes, é um menino que provou a droga uma vez e acabou sendo obrigado a levá-la para alguém para poder manter o seu vício. O traficante mesmo está longe daqui, está gastando dólares nas coberturas e andando em avião próprio. É preciso derrubar o avião, com ele e a família dele. Não adianta achar que não. Com esses traficantes temos de ser mais duros. Desculpem dizer, mas é a verdade. Não se pode dar muita moleza para traficante.

É claro que nos falta mais apoio. Há quem pense que o problema é social. Traficante não é problema social! Traficante é problema de dar outro jeito nele, mas não é problema social.

Nosso querido Deputado Moroni Torgan abordou muito bem o tema. Há necessidade de um tribunal próprio para isso. O traficante está na divisa, do outro lado. Foi mencionado aqui pelo Embaixador o problema, por exemplo, da cocaína peruana. Ele dá um passo e está na rua de lá; vende a droga e corre para cá. Então, já não se prende mais ele lá e não se pode prendê-lo aqui porque, de qualquer forma, ele estava em outro país onde o crime foi praticado.

Essas burocracias é que dificultam para o Poder Público e facilitam para que o tráfico continue a espalhar-se pelo mundo. Há as divisas: o lado de lá, o lado de cá. É preciso ver para onde ele foi, o que ele fez, para quem ele vendeu. Há tanta necessidade de provas — prova para lá, prova para cá; esse tipo de prova não serve. Então, esse pessoal sempre caminha muito, com muito mais velocidade do que o Poder Público, do que aqueles que querem a solução. Eles são muito mais velozes. Estamos a cavalo e eles de avião a jato. Infelizmente, eles estão sempre na frente.



Volto a dizer: há necessidade da conscientização de que tenhamos, a exemplo do Tribunal de Haia, um tribunal próprio para isso. Eu sei que, infelizmente, alguns países vivem disso, têm certa necessidade, têm grande dependência econômica, mas haveria necessidade de um socorro de outras economias mais próximas e mais prósperas para, de qualquer forma, sanar esse problema dessas economias frágeis, que, às vezes, precisam de socorro, uma vez que convivem com esse problema.

Há necessidade de uma legislação conjunta, como já foi apresentado pelo nosso querido Deputado Moroni Torgan, em um tribunal próprio.

Quanto à pena, ele pode cumpri-la em Cuba mesmo, naqueles galpões. Ele pode cumprir por lá mesmo, mas há necessidade de um tribunal próprio para resolver a situação, com penas mais rígidas. Com isso, talvez pudéssemos ter um pouco mais de tranquilidade.

Na condição de delegado de polícia em São Paulo é assim que observo a situação.

Esses números passados pelo Deputado Givaldo Carimbão são reais, claros: a droga está acabando com os jovens, mutilando famílias, consumindo a seriedade desta Nação.

Vimos esta semana uma moça até bonita, aparentemente vendendo saúde, dizendo nos jornais que fuma maconha. Na minha avaliação, ela tinha de fumar maconha em outro lugar (atrás das grades) só por uma declaração como essa, que, infelizmente, acaba levando um monte de gente para esse caminho. A maconha é a porta de entrada; depois vêm as drogas mais pesadas.

Peço desculpas pela minha indignação, mas temos de estar indignados mesmo, porque enquanto estamos aqui, milhões de pessoas estão sendo viciadas no mundo. Lamentavelmente, estamos só na discussão, mas precisamos ter uma posição mais rígida quanto ao problema.

Parabenizo V.Exas. pelo trabalho que estão fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Gabeira.



O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, cumprimento os participantes e afirmo que é importante a presença deles nesta Casa.

No Parlamento há posições diferentes. Por exemplo, temos posições antagônicas. Quando S.Exa. mencionou a história da moça que deveria fumar maconha dentro da cadeia, minha posição ao longo do tempo no Brasil é pela defesa da não prisão dos usuários de droga, como também pela legalização.

Evidentemente, reconheço que a maioria do nosso povo, assim como dos povos peruano, colombiano e boliviano, gostaria que houvesse repressão adequada ao comércio de drogas.

Na opinião de quem deseja a legalização, interessa também que haja a repressão mais inteligente possível, para que no final dessa repressão mais inteligente possível compreenda-se que essa repressão ainda assim é ineficaz. Para nós, o grande interesse é que V.Exas. evoluam o máximo possível para que não se tenha a idéia de que o consumo de drogas não acaba por ineficácia, mas porque ele tem razões que nós às vezes não discutimos.

Vi, por exemplo, a Sra. Margarita mencionar que seria preciso estudar o consumo e a demanda, como se estivéssemos tratando realmente de uma mercadoria apenas. A droga não é só uma mercadoria, precisamos estudar quais as causas sociais que levam as pessoas a consumi-la. Esse tipo de reflexão é muito difícil, normalmente não se faz, não temos muita idéia.

Tenho dúvida também acerca da tática regional que V.Exa. mencionou. Como faríamos uma tática regional na Bolívia, se aquele país tem uma especificidade que foi ignorada pelos Estados Unidos, que levou a essa crise que eles vivem hoje? A situação da Bolívia foi gerada exatamente pela incapacidade de se compreender a peculiaridade nacional e cultural relativamente ao consumo e ao uso da coca.

Considero o trabalho de V.Exas. um grande trabalho de inteligência, assim como o trabalho da escola também é de inteligência. Igualmente, o trabalho que o Deputado Moroni Torgan está fazendo também é um trabalho de inteligência. Quero que a inteligência se una ao máximo neste trabalho para compreender que ele é ineficaz. Aí, vamos passar para um outro caminho no sentido de legalizar e reduzir os danos. Esse é o caminho, no meu entender, que vai levar à inteligência máxima concentrada nesse tema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Há algum Deputado que queira manifestar-se? (*Pausa.*)

Está encerrada a participação dos Deputados.

Concedo a palavra ao General Roberto Uchôa. Em seguida, terá a palavra o Dr. David Beal.

O SR. PAULO ROBERTO UCHÔA - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, Sr, Deputado Givaldo Carimbão, Sras. e Srs. Deputados, meus prezados Dr. David Beal e comitiva, na condição de Secretário Nacional Antidrogas estou bastante orgulhoso, porque trouxe a esta Comissão a comitiva da Comissão Interamericana do Controle do Abuso de Drogas para uma conversa com nossos Deputados. Vimos aqui perguntas e posições das mais variadas, o que bem caracteriza o verdadeiro regime democrático em que vivemos.

Agradeço ao Deputado Fernando Gabeira a participação, que bem representa essa característica da democracia em que vivemos e que toca profundamente o coração do nosso Presidente. Tanto é que, por determinação do Sr. Presidente da República, a SENAD tem hoje todo um trabalho voltado para a busca de uma maior participação da sociedade na solução do problema da droga.

Temos a Secretaria Nacional Antidrogas e também medidas que estão sendo tomadas para que nossa sociedade seja ouvida em todos esses aspectos que agora há pouco foram apresentados, para que possamos ter, em bem curto prazo, até mesmo um III Fórum Nacional Antidrogas, a fim de revermos alguns aspectos característicos da nossa política nacional.

Os Deputados brasileiros têm gana e vontade, cada um com o seu pensamento, de colaborar para a solução desse problema. Informo também aos nossos Deputados que existe na Organização dos Estados Americanos a Comissão Interamericana do Controle do Abuso de Drogas. Recentemente, a Sra. Ana Margarita mencionou que há uma estratégia hemisférica de 1997.

O mecanismo de avaliação que os senhores estão recebendo aqui, que é de 1998, já está na segunda ronda de um trabalho realizado com muito carinho, com muito esforço por todas as 34 nações, e obteve resultados objetivos.

O Brasil já fez a revisão de um série de procedimentos em razão das recomendações que tem recebido da CICAD/OEA. O Brasil não as recebe como



crítica, como imposições, mas como oportunidade de melhoria, para que possamos crescer com o conjunto das nações, como tão bem frisou nossos 3 representantes.

Por exemplo, uma das recomendações foi no sentido de que não tínhamos nenhuma posição no âmbito nacional sobre a situação das nossas crianças e adolescentes de rua. Estamos atendendo a essa recomendação apoiados por quem? Pela CICAD, que está financiando. E já está na rua o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, para realizar a pesquisa que mostrará, no início de 2004, o resultado do perfil de consumo de drogas por criança de rua, patrocinada pela CICAD.

Todos os países têm sido contemplados, mas a grande finalidade não é só o financiamento, é que todos eles não sejam julgados. Não é julgamento, é uma avaliação totalmente isenta de qualquer pressuposto de julgamento e de crítica, para apresentar aquilo que o conjunto de países acha que seja uma oportunidade para determinado país melhorar.

Àqueles que não estavam aqui no período da abertura, quero dizer que nesse momento estão reunidos no Itamaraty todos os demais companheiros do Sr. David Beal, que pertencem ao grupo de peritos governamentais — há um perito para cada país, então, são 34 peritos dos 34 países que compõem a OEA —, para fazer um trabalho de avaliação das respostas aos questionários que lhes são fornecidos.

Vejam bem que fato interessante para nosso País. Quando recebemos um questionário da CICAD, a SENAD, a Polícia Federal, o Ministério da Saúde e a Agência Brasileira de Vigilância Sanitária — ANVISA se reúnem para responder às perguntas com responsabilidade. É a oportunidade até para que troquemos nossas figurinhas internamente para responder com seriedade.

Quando eles analisam nossas respostas, mandam-nos as recomendações. Aí, reunimo-nos novamente e vemos onde é que estamos errados. Não é que estejamos errados, mas onde estamos falhando. Vamos ver se podemos atender a essas recomendações e reunimos de novo todos os órgãos interessados, que são aderentes ao problema, para buscarmos soluções.

Isso tem acontecido graças a esse trabalho que está sendo conduzido de forma dinâmica e muito determinada pela CICAD.



Agradeço ao Sr. David Beal, aos seus companheiros que o acompanham e digo, mais uma vez, que tenho muito orgulho de ter participado desta reunião na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passo a palavra ao Dr. David Beal para as considerações finais.

O SR. DAVID BEAL - Muito obrigado a todos. Agradeço especialmente o convite. Como disse antes, somos uma organização executiva, mas creio que no futuro vamos ser uma organização mista importante, executiva e legislativa.

Quero ressaltar um ponto sobre as negociações. Quando foi negociado o conteúdo do mecanismo da relação multilateral, especificamente foi excluída a possibilidade de sanções por duas razões. Não havia a confiança necessária nem para discutir. Duvido muito que exista hoje. No caso, creio que o caminho mais efetivo não é a força. Trabalhamos em conjunto porque queremos, não pode ser uma ação forçada.

Creio que já estamos, com esse mecanismo, mudando o passado. Não vamos obrigar ninguém. Creio que se os Estados quiserem trabalhar em conjunto vai nascer exatamente isso. O melhor aliado que temos não é o dinheiro, é a inteligência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esta Presidência agradece a presença ao Dr. Álvaro Ahumada, Coordenador-Geral do MEM; à Dra. Ana Margarita Chávez, Diretora Executiva da Comissão Salvadorenha Antidrogas; ao Embaixador Julio Balbuena, Diretor da Cooperação Internacional; ao Dr. José Augusto de Barros, Subsecretário Antidrogas; aos nobres Deputados e especialmente ao General Paulo Roberto Uchôa, que tem sido sempre um grande batalhador. Agradecemos também ao Dr. David Beal, informando que estaremos, nesta Comissão, sempre abertos a sugestões que partam de sua Comissão. Vamos avaliá-las com muito carinho, para tentar ajudar no combate a esse problema.

Agradeço a todos a presença.

Está encerrada a presente reunião.